
**Ata da Assembleia Geral Ordinária da
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas**

---- No dia treze de Março do ano de dois mil e vinte e seis, às dezassete horas e trinta minutos, reuniu na sede da APAP, sita na Tapada da Ajuda, 33, 1349-017 Lisboa, e com ligação através da plataforma ZOOM para a possibilidade de participação por videoconferência enviada a todos os Associados, a Assembleia Geral Extraordinária da associação de direito privado denominada **“ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS”**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 501 821 457, com sede na Tapada da Ajuda, 33, em Lisboa.-----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Ceregeiro, verificando que não estava reunido o quórum necessário para que a Assembleia pudesse deliberar em primeira convocatória, declarou que a mesma seria adiada por trinta minutos, iniciando-se a mesma, em segunda convocatória e com o número de associados presentes, pelas dezoito horas.-----

---- A Assembleia foi regularmente convocada nos termos legais e estatutários, sendo o seguinte o ponto da ordem de trabalhos que consta da Convocatória enviada a todos os Associados e do Aviso publicado nos termos legalmente previstos:-----

Ponto Único: Deliberar e mandar a Direção da APAP para prosseguir os trabalhos com a Ordem dos Arquitectos, com vista à integração dos Arquitectos Paisagistas na Ordem dos Arquitectos.-----

---- Na impossibilidade da presença na Assembleia Geral da Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Arq.^a Paisagista Graça Saraiva, por motivo de força maior, o Associado David Flores, assumiu as funções de Vice-Presidente

da Mesa na presente reunião, conforme previsto no artigo 21.º, n.º 2 alínea a) dos Estatutos.-----

---- A presença dos associados foi registada e validada previamente pelo secretariado da APAP, na presença dos elementos da Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente no período decorrido entre a hora marcada para início dos trabalhos e o início dos mesmos em segunda convocatória.-----

---- À hora marcada para a segunda convocatória, após verificação e confirmação das listagens, encontravam-se presentes e representados por documento escrito, 244 Associados, dos quais 193 participaram por videoconferência, 32 estavam presentes na Assembleia e 19 com pedido de representação, conforme Lista de Presenças organizada na presente Assembleia e respetivos instrumentos de representação que ficam arquivados na Pasta de Documentos de Apoio ao Livro de Actas da Assembleia Geral, pelo que a Assembleia se encontrava em condições de poder deliberar validamente, em segunda convocatória.-----

---- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Ceregeiro, iniciou a reunião em segunda convocatória pelas 18 horas, constatando a conformidade da convocatória, bem como a disponibilização do *link* para o acesso remoto e a participação dos Associados por videoconferência. -----

---- De seguida, o Presidente da Mesa deu as boas-vindas a todos os Associados e informou que, considerando o grande número de participantes, cada associado deveria apenas falar, por ordem de inscrição, durante um máximo de 3 minutos. Foram prestados esclarecimentos sobre os pedidos de representação e registadas as presenças *online* e presenciais. João Ceregeiro manifestou o interesse que teria constituir uma Ordem dos Arquitectos Paisagistas, mas manifestou a dificuldade que tal representa e o quadro de redução de relevância da profissão e da sua capacidade de representação. Salientou que, para muitos profissionais, nesta e noutras associações, a associação é vista mais como um provedor de serviços e menos como uma entidade que representa a classe e que é a porta para alcançar as ambições



da classe, o que fragiliza a sua intervenção. Congratulou-se pela presença alargada de associados, mais de 200 presentes e *online* e passou a palavra ao Presidente da Direcção para expor a posição da Direcção sobre o ponto único da ordem de trabalhos: "Deliberar e mandar a Direcção da APAP para prosseguir os trabalhos com a Ordem dos Arquitectos, com vista à integração dos Arquitectos Paisagistas na Ordem dos Arquitectos."-----

---- Tomando a palavra o Presidente da Direcção da APAP, Carlos Correia Dias, congratulou-se igualmente pelo grande número de associados presentes e deu as boas-vindas ao novo associado Flávio Ribeiro, associado 1612. Prosseguiu então referindo a diversidade de posições que têm surgido relativamente ao tema em debate, que reconhece legítima e considera saudável, traduzindo a vitalidade da associação. Referiu que, no entender da Direcção, a negociação em curso deve assentar em três princípios basilares:---

---- - Primeiro, a defesa inequívoca da identidade disciplinar da arquitectura paisagista;-----

---- - Em segundo, a preservação da capacidade de representação da própria profissão;-----

---- - E por fim, a garantia de que qualquer solução futura será sempre conhecida, acompanhada e validada pelos associados.-----

---- Clarificou que o objectivo desta reunião não é obter autorização para tomar decisões definitivas, mas sim obter o respaldo, uma moção de confiança, para prosseguir a negociação com a Ordem dos Arquitectos com vista à integração na OA, pedindo apenas o apoio para prosseguir nesse sentido, sempre acompanhada pela comissão criada para o efeito. Posteriormente a Direcção trará à Assembleia Geral os resultados dessas negociações, para então se votar e decidir de forma mais vinculativa. Uma decisão final caberá sempre aos associados. Apresentou de forma resumida as razões por que a Direcção entende necessário explorar e, porventura, prosseguir a via proposta e a disponibilidade para aceitar e assumir o que venha a ser decidido na presente reunião.-----



---- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou então a palavra aos associados que desejassem pronunciar-se, reforçando que cada associado poderá dispor, no máximo, de 3 minutos, falando por ordem de inscrição e num tempo total limitado a duas horas.-----

---- Tomou a palavra o associado Luís Cabral referindo que a APAP tem perdido a sua capacidade de intervenção e que entende que a integração na Ordem dos Arquitectos é o caminho, desde que nos sejam concedidas/reconhecidas tarefas próprias.-----

---- Carlos Ribas, associado n.º 501, manifestou a necessidade de ter uma sala digna para a realização destas reuniões da Assembleia Geral, bem como a necessidade de melhoria das condições telemáticas que garantam mínimas condições de paridade de intervenção em relação aos associados que participam presencialmente. Referiu ainda um antagonismo que se vem criando e que identifica os arquitectos como os nossos principais inimigos, quando na verdade são eles que nos chamam e nos dão trabalho, são também aqueles com quem se consegue articular melhor uma noção de projecto. Nós como eles temos as pessoas como centro e não uma natureza abstracta.-----

---- Nuno Jacinto, associado n.º 563, referiu que tem desenvolvido esta discussão, junto dos colegas e junto dos arquitectos, insistiu na ideia de que os arquitectos não são os nossos inimigos. Somos uma profissão que se preocupa com o bem comum para além do interesse directo do cliente. Há aspectos a acautelar, há que registar actos próprios, garantir que quem avalia os Arquitectos Paisagistas são Arquitectos Paisagistas e que quem comunica, não sendo os Arquitectos Paisagistas, que o faça ouvindo previamente os Arquitectos Paisagistas. Apresentou ainda a necessidade de comunicarmos melhor as nossas ideias, deixando esse desafio.-----

---- A associada Catarina Carrão, considerando que as intervenções decorridas se assemelham a declarações de voto, sugeriu que se votasse primeiro e se fizessem depois as intervenções. O Presidente da Mesa informou que se iria manter a ordem de trabalhos prevista, fazendo-se a votação depois de terem sido apresentados os diferentes pontos de vista.-----



---- Francisco Maia, associado n.º 1362, manifestou o entendimento de que o assunto está mais que esclarecido e é preferível votar mais cedo do que deixar arrastar a discussão e permitir que os associados comecem a abandonar a reunião da Assembleia Geral.-----

---- Inês Jardim, associada n.º 660, defendeu a necessidade de confiar na Direcção que está mandatada para tratar destes assuntos.-----

---- Jorge Cancela, associado n.º 94, saudou o elevado número de participantes e reforçou a ideia da impossibilidade de criar uma ordem própria. Saudou a cordialidade e o acolhimento por parte dos arquitectos neste processo. Recordou todo o esforço que já foi feito e manifestou a sua adesão a este processo.-----

---- Margarida Cancela de Abreu, associada n.º 2, reiterou a sua posição contra o processo em curso e as reuniões realizadas e acordos que foram estabelecidos. Salientou o pedido reiterado de presença de uma jurista nas reuniões. Manifesta-se contra a prossecução do processo nas presentes condições. Não se considera esclarecida e entende que o mesmo sucede com muitos outros colegas. Apela à realização de uma verdadeira reunião de esclarecimento e com a presença de jurista para que todos possamos votar em consciência.-----

---- João Ceregeiro, Presidente da Mesa, referiu que haverá uma sessão final, quando houver dados mais concretos, nomeadamente em relação aos actos próprios, envolvendo então a jurista e com possibilidade de voltar a discutir e realizar uma votação mais decisiva nesse ponto.-----

---- Manuela Raposo Magalhães, associada n.º 10, manifestou que o organigrama proposto para a integração na Ordem dos Arquitectos não assegura a nossa identidade, pelo que se manifesta totalmente contra entrarmos numa posição de subserviência em relação aos arquitectos. Apoiaria se fosse numa posição igualitária.-----

---- Cláudia Ávila Gomes, associada n.º 665, afirmou que, de 104 países com associação de AP apenas um país tem uma Ordem dos Arquitectos Paisagistas, outros têm ordens conjuntas. A profissão afirma-se pelo bem



fazer, obtendo o reconhecimento da sociedade que depois se torna em reconhecimento político. Os Arquitectos Paisagistas em Portugal estão muito à frente de Espanha que só agora constituiu uma associação. O ser Ordem ou não é pouco relevante, o que importa é o bem fazer. Votará contra a continuação da negociação até porque não há actos próprios acordados.-----

---- Henrique Tato Marinho, associado n.º 206, disse não se rever neste processo e no processo de dissolução da APAP para integrar uma Ordem já consolidada. Entende que não houve resposta às questões colocadas nos abaixo-assinados subscritos por inúmeros associados. No mínimo a ordem teria que ter no nome a identificação das duas profissões (tal como se verifica por exemplo na ordem dos solicitadores e dos agentes de execução). As propostas existentes relativamente aos actos próprios não oferecem garantias de que esses actos sejam exercidos por Arquitectos Paisagistas, pelo que irá votar firmemente contra.-----

---- José Veludo, associado n.º 293, contestou a afirmação da colega Cláudia Ávila e referiu que há um documento da IFLA que caracteriza claramente as diversas situações existentes. Também preferia uma ordem com a designação das duas profissões, mas neste momento há que discutir as questões de fundo e não estamos neste momento a tomar uma decisão sobre isso, nem definitiva sobre nada. Na hora de decidir, todos poderão votar contra por uma questão de designação ou por outras. Neste momento trata-se apenas de saber se esta equipa está ou não mandatada para negociar uma proposta com a Ordem dos Arquitectos. Ainda não estamos a votar essa proposta, nomeadamente na Alemanha. No caso da europa, em metade dos 30 e tal países europeus a profissão está regulamentada e na outra metade não está regulamentada. Há vários países em que as duas profissões estão juntas. A questão hoje em debate não é decidir se entramos na Ordem dos Arquitectos, mas se damos um voto de confiança à Direção para avançar nesta negociação. A negociação dos actos próprios ainda tem muito que correr. Nem que no final tenhamos que decidir que não obtivemos uma proposta suficientemente interessante e tenhamos que optar por não integrar a Ordem dos Arquitectos.-----

---- Tiago Barroso, associado n.º 949, referiu estar a ouvir nesta reunião os mesmos argumentos que já tinha ouvido. Entende que o mais importante é ter o espírito democrático de respeitar a decisão da maioria.-----

---- Luis Caramelo, associado n.º 334, referiu que não pôde exercer devidamente a sua profissão pela falta de reconhecimento da Arquitectura Paisagista e manifestou a sua esperança de que por esta via possamos alcançar esse reconhecimento.-----

---- Paulo Farinha Marques, associado n.º 141, manifestou a sua alegria por se registarem tantas presenças e o seu apoio à continuação do processo. A grande questão, entende, será a definição dos actos próprios e subscrevendo o valor da interacção com as outras especialidades, defende que há uma unicidade e especificidade da profissão. Vê esta oportunidade com interesse para reflectirmos sobre nós próprios. Não entende que estejamos em decadência, mas em clara progressão e todos somos livres de exercer a cidadania para aumentar a notoriedade da profissão. Não será fácil negociar uma paridade dos dois grupos profissionais, e há o risco de sermos engolidos, mas devemos negociar e decidir no final se o que se conseguiu negociar justifica a integração na Ordem dos Arquitectos.-----

---- Teresa Alfaiate, associada n.º 78, propôs-se contribuir para esclarecer o que está hoje em causa. Não estamos a decidir a entrada na Ordem dos Arquitectos, nem a votar uma linha de actuação, mas apenas a votar se devemos continuar a negociação ou deixar a negociação. Adiante terão que se discutir os actos próprios e outras questões como a designação, o acesso à ordem e outras questões delicadas cuja discussão se tem que aprofundar. A prosseguir, ainda haverá muita mais discussão pela frente. Manifestou o reconhecimento pela dedicação da Direcção neste processo.-----

---- Catarina Carrão, associada n.º 1484, referiu que neste processo se trata de procurar chegar a uma regulamentação da profissão. Há uma directiva no sentido de não se constituírem mais ordens, pelo que esse caminho está fechado e o cenário proposto parece ser o mais auspicioso. E, conforme esta



Direção bem caracterizou, não foi por falta de lobbying político, esse esforço foi feito no passado recente.-----

---- Ana Pacheco, associada n.º 1227, informa que uma vez que nas intervenções anteriores já foi dito o que pretendia transmitir, quis apenas reforçar que esta votação é só para votar se prosseguimos o processo, não é uma decisão definitiva – a menos que votemos maioritariamente que não.-----

---- Mauro Raposo, associado n.º 1248, defende a oportunidade de prosseguir com as negociações como única forma de deixarmos de estar estagnados. Depois destas negociações se tomará, face a dados mais concretos, uma decisão de nos integrarmos ou não na Ordem dos Arquitectos.-----

---- Susana Noronha, associada n.º 472, manifestou a sua preocupação de um arquitecto com mestrado poder vir a exercer a nossa profissão. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que esse tema transcende a presente ordem de trabalhos, mas avançar no sentido de maior regulamentação poderá ajudar a clarificar essa questão.-----

---- Pedro Vasconcelos, associado n.º 1215, manifestou o agrado pelo entusiasmo no debate desta questão, reforça recordar que hoje não se está a tomar uma decisão final, mas apenas a decidir ou não manter um caminho. Votará favoravelmente.-----

---- Teresa Portela Marques, associada n.º 138, declara que irá votar favoravelmente e espera que se venham a discutir entre nós os actos próprios dos Arquitectos Paisagistas e que se deverá alcançar a mudança da legislação que afirma a capacidade dos arquitectos elaborarem projectos de parques e jardins. Pede que a prioridade seja dada à discussão dos actos próprios, que é o mais fundamental nesta questão, e menos a questão da estrutura, que lhe parece menos relevante.-----

---- De seguida, deu-se início à votação do ponto único da ordem de trabalhos, tendo decorrido a votação na sala e através da plataforma *online*.-----

---- Pelas 19h45, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou formalmente encerrada a votação. Procedeu-se ao apuramento dos votos

exercidos presencialmente na sala, sendo expressos 3 votos contra, uma abstenção e os restantes votos a favor.-----

---- A Mesa da Assembleia Geral prosseguiu com a verificação, validação e contagem dos votos recebidos através da plataforma *online* até cerca das 21h00. Depois de contabilizados todos os votos e antes de conferida a validade dos mesmos apurou-se um total de 192 votos a favor, 31 votos contra e 12 abstenções. Depois de apurado o efetivo direito de exercício de voto de todos os presentes, verificou-se só se poderem contabilizar como válidos 183 votos a favor, 29 votos contra e 10 abstenções. Seis associados que estavam a participar telematicamente não manifestaram qualquer intenção de voto. Destes seis, três associados não reuniam condições para exercer o direito de voto. Verificou-se ainda que já depois de ter sido encerrada a votação, foram recebidos 4 votos a favor e 1 abstenção. -----

---- Assim, o apuramento final dos votos incidiu apenas sobre os votos validamente expressos até ao encerramento da votação, apresentando os seguintes resultados totais: 183 votos a favor, 29 votos contra e 10 abstenções.-----

---- Em face destes resultados, o ponto único da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria qualificada. -----

---- Pelas vinte e uma horas, não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral, da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários presentes em sinal de concordância com o seu teor.-----

(Arq.º Paisagista João Ceregeiro)

(Arq.º Paisagista David Flores)

(Arq.º Paisagista Francisco Cabral)

(Arq.ª Paisagista Helena Barros Gomes)